

Presidente

Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy

Paulo Roberto Ferreira Levy

Luiz Fernando Cirne Lima

Roberta de Souza Ayres

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 13 de dezembro de 1990

Diretor-Presidente

Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Vice-Presidentes

Henrique Alves de Araújo

Roberto Müller Filho

Roberto de Souza Ayres

A informação de que Brasília pretende, nos próximos dias, divulgar algo como 25 atos legais visando um ajuste fiscal que equilibre às contas do setor público em 1991 deve ser interpretada tanto pelo que tem de substantivo quanto pelo que desvela das intenções do governo no que tange ao seu programa de controle da inflação.

Some-se a isso a sugestão do presidente do Banco Central no sentido de que a Constituição seja reformada, de forma a acabar com a estabilidade no emprego do funcionalismo público (assim criando algumas das precondições para uma estabilidade de longo prazo no Orçamento da União) e o resultado obtido mostrá-se alvissareiro para o governo federal.

De evidente, imediato e, como dito, substancial, aparece a disposição da atual administração de enfrentar o problema da inflação de uma forma contínua, abdicando do discurso oco e provocativo amarrado no bordão do "nós fizemos a nossa parte, agora os outros façam as deles". Subjacente, mas não menos importante, percebe-se a inclinação de atacar de frente o notável emaranhado de interesses que envolve e paralisa o governo e que, no momento de verda-

deiro ajuste de contas, tem tendido a favorecer o interesse de grupos e não os interesses da Nação.

O País está anestesiado por mais de uma década de convívio com inflações acima do patamar dos 100% anuais. Quando os preços correm nessa velocidade os indivíduos são impelidos a lançar mão de formas de defesa que contemplam a rapidez de decisões, o primado do interesse individual e os retornos rápidos como valores em si mesmos.

Desprezam, assim, a constância do esforço, a perseverança na procura de resultados menores mas continuados e seguros.

É por isso que se vive hoje, no Brasil, sob o império da instantaneidade, no qual têm prestígio e reconhecimento aqueles que atingem seus objetivos por via de atalhos e desvios perigosos, enquanto aqueles que pensam no futuro são tidos como visionários ingênuos.

Governar é um ato de recorrência, isto é, é

uma tarefa sempre renovada, cujos resultados vão sendo empilhados geração após geração.

Faz parte deste ato recorrente a contínua manutenção de condições materiais indutoras da estabilidade social, do avanço cultural dos indivíduos e, por decorrência, do bem-estar da Nação.

A inflação, é sabido, é um dos mais eficientes elementos de concentração de renda, vale dizer, um competente pavimentador de terreno para as desigualdades perversas que costumam desembocar nas convulsões sociais.

Atacar a inflação, portanto, equivale a exercitar de forma plena e acabada os preceitos do bom governo. Mas isso não se faz de forma instantânea e sim através da paciente reconstrução do tecido econômico, neutralizando desequilíbrios, recompondo a memória dos preços estáveis e readequando o peso relativo dos diversos atores da cena econômica.

Quando o governo sinaliza que pretende dar continuidade ao seu esforço de controle do setor

público, quando a administração olha para o Estado imaginando-o mais enxuto e eficiente, balizas muito nítidas aparecem para orientar o setor privado no seu esforço de adequação aos novos tempos.

O atual governo, por inexperiência, voluntarismo, ou por uma combinação de ambos, começou a operar como se vislumbrasse, logo após uma esquina imaginária, um pique que, quando atingido, traria a solução de todos os nossos problemas.

Esse pique não apenas não existe como a simples cogitação de sua existência está em contradição com o estado de fluxo que faz a História.

Esperamos que o novo programa de cortes no setor público e o pretendido fim da estabilidade para o funcionário público sejam indicadores seguros de que o governo pretende embarcar num projeto de longo curso, onde cada tarefa levada a bom termo colabore para a solução de uma outra que vai tomando forma mais à frente.

O governo, por suposto, deve sempre fazer sua parte, para isso foi eleito e daí deriva a legitimidade de seu poder. Bons governos dão bons exemplos e deles são fiadores.